

B.O.

*Boletim Oficial do
Município
de Angra dos Reis*

Ano III - EDIÇÃO EXTRA - Caderno II - LDO - Número 175 - Distribuição gratuita - 31 de dezembro de 2008

**C
a
d
e
r
n
o
II
LDO**

**Edição 175
Composta por
4 Cadernos**

Caderno I - PPA

Caderno II - LDO

Caderno III - LO

Caderno IV - QDD

EXPEDIENTE

**Boletim Oficial do
Município de Angra dos Reis**

**Realização da Secretaria
de Governo e Defesa Civil**

**TEOR DISPONÍVEL
TAMBÉM NO SITE:**

www.angra.rj.gov.br

L E I Nº 2.077, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVA E EU SANÇÃO A SEGUINTE LEI:

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Em cumprimento às disposições da Lei Complementar Municipal nº 001, de 27 de junho de 1991, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 005, de 04 de novembro de 1994, no que tange ao Planejamento e ao Orçamento do Município de Angra dos Reis, e em observância ao que estatui a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Orgânica Municipal, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias para 2009, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II – as diretrizes para a elaboração, execução e controle dos orçamentos do Município e de suas alterações;

III – as disposições relativas à dívida pública municipal;

IV – a política de aplicação dos recursos para fomento econômico do Município;

V – as disposições sobre os precatórios judiciais;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII – as diretrizes gerais; e

VIII – as disposições finais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2009 estão especificadas no Demonstrativo de Metas e Prioridades que integra o Anexo I da presente Lei, em conformidade com o Plano Plurianual do Município para o período de 2006/2009 e suas posteriores revisões, e atendem as seguintes diretrizes:

I – consolidação do equilíbrio fiscal do Município, eliminando distorções estruturais entre receitas e despesas, modernizando os sistemas de arrecadação, fiscalização e controle;

II – valorização e resgate da qualidade do serviço público e do Município como gestor de bens e serviços essenciais;

III – consolidação da estabilidade econômica do Município;

IV – promoção do desenvolvimento sustentável, mediante apoio a projetos que conciliem as necessidades de crescimento econômico, social e de modernização tecnológica do setor produtivo com a preservação do meio ambiente;

V – estabelecimento de prioridades para projetos de educação, saúde e saneamento básico;

VI – otimização dos recursos públicos, através da instituição e fortalecimento de programas voltados para redução dos custos operacionais, eliminação de superposições e desperdícios;

VII – preservação dos propósitos voltados à captação de recursos a serem aplicados na segurança da população e da natureza, em decorrência dos riscos do funcionamento do complexo termonuclear;

VIII – fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para a área social básica e de infra-estrutura econômica e proteção ambiental;

IX – incremento da receita tributária municipal, através do aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização e arrecadação e do combate à sonegação fiscal; e

X – desenvolvimento da ação legislativa, compreendendo o aperfeiçoamento da estrutura funcional da instituição, o desenvolvimento do capital humano, a adequação e modernização dos recursos materiais, e o aprimoramento do sistema de comunicação e divulgação das atividades legislativas.

Art. 3º Integram esta Lei o Anexo II – Demonstrativo das Metas Fiscais e Anexo III – Demonstrativo de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 4º A programação contida na Lei Orçamentária Anual deverá estar estruturada em programas compatíveis com os que serão definidos no planejamento regional do Município.

CAPÍTULO III**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E DE SUAS ALTERAÇÕES****SEÇÃO I****Das Diretrizes Gerais**

Art. 5º A coleta de dados das propostas orçamentárias dos órgãos, entidades, autarquias, fundações e fundos dos Poderes do Município, seu processamento e a sua consolidação na proposta do Orçamento Anual e as modificações nos quadros de detalhamento da despesa serão da competência da Controladoria-Geral do Município.

Parágrafo único. Os relatórios que consolidam a proposta orçamentária dos órgãos, entidades, autarquias, fundações e fundos dos Poderes do Município serão encaminhados à Controladoria-Geral do Município devidamente validados por seus respectivos titulares.

Art. 6º A Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município e seus fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 7º Para efeito do que dispõe o art. 125, inciso I, da Lei Orgânica do Município, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária no prazo adequado à inclusão na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2009.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo, antes do prazo final para encaminhamento da proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 8º A previsão, na Lei Orçamentária Anual, de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá obedecer aos critérios estabelecidos no artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 9º No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em 31 de julho de 2008.

§ 1º. A discriminação da receita, na elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2009, estabelecida na legislação vigente.

§ 2º. As despesas referenciadas em moeda estrangeira serão orçadas segundo a taxa de câmbio vigente no último dia útil do mês de julho de 2008.

Art. 10. A Lei do Orçamento Anual conterá dotação para reserva de contingência em montante equivalente até o limite de 10% (dez por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2009, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual para 2009 conterá dispositivos para adaptar a receita e a despesa aos efeitos econômicos decorrentes de:

I – alterações na estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura;

II – realização de receitas não previstas;

III – realização inferior ou não realização de receitas previstas;

IV – catástrofes de abrangência limitada;

V – alterações conjunturais da economia nacional, estadual ou municipal, inclusive as decorrentes de mudança de legislação;

VI – adequação das prescrições contidas no art. 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 12. A Lei Orçamentária Anual de 2009 poderá conter autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares mediante a edição de decretos, em conformidade com o artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º. As solicitações dos órgãos da Administração Direta e Indireta para abertura de créditos adicionais suplementares serão formuladas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta e submetidas à Controladoria-Geral do Município, acompanhadas de justificativas e a indicação dos efeitos dos acréscimos e reduções de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais e das correspondentes metas.

§ 2º. A Lei Orçamentária Anual estabelecerá os limites para abertura de créditos adicionais suplementares e disporá sobre os remanejamentos e transferências de recursos entre órgãos da Administração Municipal.

§ 3º. A Lei Orçamentária Anual poderá conter exceções ao limite de autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 13. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas as despesas em desacordo com os ditames desta Lei;

II – fixadas as despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

III – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão, ressalvados os casos de complementaridade de ações.

Art. 14. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades, destinadas a clubes e associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres.

Art. 15. Somente será permitida a inclusão na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, de dotações a título de subvenções sociais para transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos observados os seguintes parâmetros:

I – comprovação de que a entidade não possui finalidade lucrativa, não distribui lucros ou dividendos e não concede remuneração, vantagens ou benefícios a dirigente, conselheiro, associado ou instituidor;

II – comprovação de que detém o título de Utilidade Pública, concedido por Lei Municipal;

III – demonstração de organização na realização dos serviços de interesse do Município nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e cultura.

§ 1º. Caberá ao Poder Executivo avaliar e decidir pela inclusão, manutenção ou exclusão de entidades no Projeto de Lei Orçamentária Anual, inclusive a definição do volume de recursos a serem transferidos.

§ 2º. As entidades receptoras dos recursos terão suas contas submetidas aos Órgãos fiscalizadores, com a finalidade de comprovar a aplicação dos recursos no propósito da subvenção, devendo a entidade elaborar os processos de prestação de contas em observância à legislação pertinente.

Art. 16. Os Poderes Municipais poderão celebrar convênio com instituições de natureza privada, visando a realização complementar de funções do Governo Municipal pela prestação de serviços, respeitadas as regras da Lei Federal nº 8.666/93 e dos regulamentos instituídos pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Respeitadas as disposições do *caput*, aplica-se no que couber, no âmbito do Poder Legislativo e no propósito do desenvolvimento da função legislativa, a celebração de convênio, sendo as despesas decorrentes asseguradas pelo orçamento da Câmara Municipal aprovado na Lei Orçamentária Anual.

Art. 17. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, fundações, autarquias, empresas públicas e demais instituições instituídas e mantidas pelo Poder Público, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, somente poderão ser programadas para custear as despesas com investimentos e inversões financeiras, depois de atenderem integralmente às necessidades relativas ao custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, e as contrapartidas das operações de crédito e dos convênios.

Art. 18. As receitas próprias do Poder Executivo serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com despesas de pessoal e encargos sociais, impostos e taxas, encargos da dívida e custeio operacional dos serviços públicos fundamentais e investimentos prioritários e emergenciais.

Art. 19. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

§ 2º. Consideram-se despesas de conservação do patrimônio público aquelas a serem obrigatoriamente consignadas na Lei Orçamentária Anual que visem a manutenção dos próprios municipais e dos móveis e equipamentos existentes.

Art. 20. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Executivo Municipal, por intermédio de Resolução da Controladoria-Geral do Município, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com o objetivo de compatibilizar a realização de despesas com o efetivo ingresso das receitas municipais.

Parágrafo único. Nos termos do que dispõe o art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o respectivo ingresso.

SEÇÃO II

Da Estrutura e Organização do Orçamento Anual

Art. 21. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **Programa** - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – **Atividade** – um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – **Projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – **Operação Especial** – despesa que não contribui para manutenção das ações de governo, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. Os programas identificarão as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de projeto, atividade ou operações especiais, identificando a função e subfunção as quais se vinculam.

Art. 22. Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, ou especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminado, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a fonte de recursos:

DESPESAS CORRENTES

– Pessoal e Encargos Sociais

– Juros e Encargos da Dívida

– Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

– Investimentos

– Inversões Financeiras

– Amortização da Dívida

§ 1º. A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa e função, subfunção e programa a serem discriminados na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com a especificação estabelecida pela Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, pela Portaria STN nº 448, de 13 de setembro de 2002 e suas alterações.

§ 2º. As despesas e as receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como o conjunto dos dois Orçamentos, serão apresentados de forma sintética e agregado, evidenciando o *déficit* ou *superávit* corrente e o total de cada um dos Orçamentos.

Art. 23. A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual relativo ao período 2006/2009 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320/64 e as regras estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 24. A Lei de Orçamento Anual incluirá, dentre outros demonstrativos, os:

- I – das receitas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois Orçamentos, que obedecerá ao previsto nos §§ 1º e 2º, do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;
- II – da despesa por função;
- III – da despesa por programa;
- IV – do agrupamento de elementos de natureza das despesas para cada órgão;
- V – da despesa, por fonte de recursos, para cada órgão;
- VI – dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- VII – resumo geral das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois Orçamentos;
- VIII – das tabelas explicativas referentes:
- a) à receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores ao ano de 2009;
- b) às receitas previstas para os anos de 2008 e 2009;
- c) à despesa realizada em 2007;
- d) à despesa fixada para 2008;
- e) à despesa prevista para 2009.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas para Elaboração do Orçamento Fiscal

Art. 25. As despesas do Poder Legislativo não poderão ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativos ao somatório da receita tributária, das transferências previstas nos artigos 153, 158 e 159 da Constituição da Federal, da arrecadação da dívida ativa tributária, contribuição de intervenção de domínio econômico – CIDE e das contribuições de iluminação pública efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme previsto no artigo 29-A, inciso II, da Constituição da República.

§ 1º. Para estabelecer na Lei Orçamentária Anual o volume de recursos do Poder Legislativo para o exercício de 2009, será considerada a receita efetivamente realizada no período de janeiro a setembro do exercício financeiro de 2008 e a previsão de realização de receita para os meses de outubro a dezembro do mesmo exercício, elaborada pelo Poder Executivo.

§ 2º. A participação do Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual, relacionada aos recursos, será revista no exercício de 2009, por conta da apuração da receita efetivamente realizada até 31 de dezembro do exercício anterior, considerada em balanço anual do Município, sendo obrigatória a adequação das despesas aos limites da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas para Elaboração do Orçamento da Seguridade Social

Art. 26. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, abrangendo, entre outros, os recursos provenientes de receitas próprias do Município, fundos e entidades que, por sua natureza, devam integrar o Orçamento de que trata esta Seção.

Art. 27. O Orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos do Estado e da União pela execução descentralizada das ações de saúde.

SEÇÃO V

Das Diretrizes Específicas para Elaboração do Orçamento de Investimentos

Art. 28. A política de investimento do Município dará prioridade às ações que:

- I – permitam o acesso da população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilite a obtenção de um novo padrão de bem-estar social;
- II – contribuam para a melhoria das condições, educação, saúde e saneamento básico;
- III – impliquem na geração de empregos;
- IV – reduzam os desequilíbrios regionais;
- V – contribuam para defesa, preservação e recuperação do meio ambiente; e
- VI – promovam a revitalização econômica, agrícola, industrial e do setor de serviços e do turismo do Município.

§ 1º. Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos.

§ 2º. Não poderão ser programados novos projetos em detrimento dos investimentos com viabilidade técnica, econômica e financeira comprovadas, em andamento, cuja execução tenha ultrapassado 30% (trinta por cento) até o exercício financeiro de 2008.

SEÇÃO VI

Das Disposições Relativas às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 29. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo do Município observarão as normas previstas nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, utilizando como parâmetros de suas despesas com pessoal e encargos sociais os seguintes limites percentuais da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2009:

- I – 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- II – 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.

Art. 30. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, no âmbito do Poder Executivo, a convocação para prestação de horas suplementares de trabalho somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pela Chefia do Poder Executivo Municipal.

Art. 31. Os Poderes do Município poderão efetuar reajuste salarial dos servidores públicos, bem como promover concurso público para provimento de cargos pertencentes ao seu Quadro de Pessoal, para os quais deverá ser incluída a previsão dos recursos orçamentários e financeiros na proposta de Lei Orçamentária para o exercício de 2009, observando-se os limites do artigo 29 desta Lei.

SEÇÃO VII

Das Diretrizes para a Avaliação de Resultados da Execução da Lei Orçamentária Anual

Art. 32. Para fins de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação dos resultados dos programas implementados deverão ser aprimorados, pelos órgãos executores, os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos e desenvolvidos métodos e sistemas de informação que viabilizem a aferição dos resultados pretendidos, em cumprimento ao que estabelece o art. 4º, inciso I, alínea e, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. As despesas com amortização, juros e outros encargos da dívida pública municipal deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO V

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA O FOMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Art. 34. O Município, na concessão e financiamento, observará as condições do Tesouro e guardará consonância com as seguintes diretrizes:

- I – atendimento prioritário às micros, pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas;
- II – aproveitamento dos potenciais econômicos setoriais e distritais do Município;
- III – atendimento a projetos sociais;

- IV – atendimento a projetos destinados à defesa e à melhoria da qualidade de vida da população; e
V – atendimento a projetos de natureza popular que possibilitem a geração de renda e de trabalho.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

- Art. 35.** A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2009 obedecerá ao disposto no artigo 100 da Constituição da República e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
- Art. 36.** A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Controladoria-Geral do Município, até o dia 1º de outubro de 2008, a relação de todos os precatórios judiciais emitidos em desfavor da Municipalidade, acompanhados dos respectivos ofícios requisitórios, para serem incluídos na proposta orçamentária de 2009, observado o disposto no § 1º do artigo 100 da Constituição da República.
- Art. 37.** Os órgãos e entidades do Poder Executivo submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria-Geral do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.
- Art. 38.** O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária de 2009 para esta finalidade.
- Art. 39.** A Lei Orçamentária de 2009 discriminará a dotação destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor, na forma do § 3º do artigo 100 da Constituição da República.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

- Art. 40.** O Poder Executivo considerará na estimativa da receita orçamentária as medidas que venham a ser adotadas para a expansão da arrecadação tributária municipal, bem como modificações constitucionais da legislação tributária estadual e nacional.

LEI Nº 2.077, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

§ 1º. A justificativa ou mensagem que acompanhe o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

§ 2º. Caso as alterações não sejam aprovadas, as despesas correspondentes, se contempladas na Lei Orçamentária Anual terão suas realizações canceladas mediante decreto do Poder Executivo.

- Art. 41.** Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não-geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

CAPÍTULO VIII

DAS DIRETRIZES GERAIS

- Art. 42.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2009, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto no artigo 16, incisos I e II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único. Inclui-se na obrigação prevista no *caput*, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

- Art. 43.** Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites fixados no artigo 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações dadas pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

- Art. 44.** A execução orçamentária do Poder Executivo se fará mediante a emissão de empenhos a favor de pessoas físicas e pessoas jurídicas devidamente registradas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, na forma em que dispuser a legislação em vigor.

- Art. 45.** No Poder Legislativo a execução orçamentária será realizada na forma que dispuser a legislação específica respeitada a autonomia do Poder.

- Art. 46.** A execução orçamentária e financeira da despesa será realizada de forma descentralizada, cabendo ao Chefe de Gabinete, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Secretários Municipais e Gestores de Fundo Municipais, no âmbito de seus respectivos órgãos:

I – ordenarem despesas, homologarem os resultados de licitações, adjudicarem seus objetos, ratificarem as dispensas e inexigibilidades de licitação nas hipóteses previstas em lei;

II – assinarem contratos, convênios ou outros ajustes e respectivas ordens de serviços;

III – aprovarem prestações de contas de convênios e adiantamentos, após análise técnica e vistas da Controladoria-Geral do Município, assim como aprovarem as prestações de contas em geral, na forma da legislação pertinente.

- Art. 47.** Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

- Art. 48.** As unidades orçamentárias responsáveis pela execução do orçamento e respectivos créditos adicionais, que vierem a ser autorizados, processarão o empenho da despesa, observada a ação e o elemento de despesa nos limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos, e categoria econômica da despesa, fonte de recursos, modalidade de aplicação e elemento de despesa.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 49.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009 deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 001/91, com a nova redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 005/94.

- Art. 50.** As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual somente poderão ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indiquem recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre dotações para pessoal e seus encargos, e sobre os serviços da dívida, e verbas vinculadas à saúde e à educação;

III – não afetem as transferências tributárias constitucionais ao Município;

IV – sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões dos dispositivos do texto do Projeto de Lei.

- Art. 51.** A Controladoria-Geral do Município divulgará, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2009, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

- Art. 52.** A Lei Orçamentária Anual de 2009 conterá previsão de dotação orçamentária para atender a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência Municipal.

- Art. 53.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009 conterá dispositivo que autorizará o Poder Executivo a realizar operações de créditos, desde que obedecidas as normas estabelecidas pelos artigos 35, 36, 37 e 38, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

- Art. 54.** O Projeto de Lei do Orçamento Anual será encaminhado pela Câmara Municipal ao Poder Executivo, para sanção, até 22 de dezembro de 2008.

§ 1º. Se o Projeto de Lei do Orçamento Anual não for aprovado até o término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, na forma do art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 001/91, com a nova redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 005/94, até que o Projeto de Lei seja encaminhado à sanção, sobrestadas as demais proposições até sua votação final.

§ 2. Caso o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2009 não seja sancionado até 31 de dezembro de 2008, fica o Poder Executivo autorizado a executá-lo na forma originalmente encaminhada ao Poder Legislativo e, até que seja devidamente sancionado, observará os duodécimos as despesas correntes, respeitadas as despesas com pessoal, encargos sociais, serviço da dívida e despesas já contratadas, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar n.º 001/91.

Art. 55. O Poder Executivo, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2009 demonstrará, por unidade orçamentária, fundo ou entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, o Quadro de Detalhamento da Despesa, explicitando, para cada categoria de programação, os elementos de despesa.

Art. 56. O Poder Executivo poderá determinar a limitação de empenho nas unidades orçamentárias durante a execução orçamentária e financeira, vinculando o volume de arrecadação ao alcance das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, respeitada a aplicabilidade dos ordenamentos do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Parágrafo único. Na hipótese do cumprimento disposto no *caput*, no âmbito do Poder Legislativo, os procedimentos e decisão caberão à Mesa Diretora.

Art. 57. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2009 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se os princípios da justiça e do controle social e da publicidade, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 58. À Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, objetivando assegurar a transparência na gestão fiscal, na forma do artigo 48 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

§ 1º. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas durante os procedimentos de elaboração e de discussão dos respectivos projetos de lei.

§ 2º. O Poder Legislativo, por intermédio de Comissão própria, realizará audiência pública para apresentar, discutir e divulgar o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2009.

Art. 59. A prestação de contas do Município será apresentada por órgãos da Administração Direta e Indireta, consolidada nos respectivos balanços orçamentários, financeiros, patrimoniais e variações patrimoniais.

Art. 60. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2009, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 61. Sem prejuízo das competências constitucionais e legais do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Pública Municipal, as unidades responsáveis pelos seus orçamentos ficam sujeitas às orientações normativas que vierem a ser adotadas pelo Poder Executivo.

Art. 62. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS, 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

Prefeito

| Diretrizes Orçamentárias – 2008 | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------|-------------------|--------------|
| Metas e Prioridades - Anexo I | | | | |
| CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS | | | | |
| 139 | Desenvolvimento Legislativo | | | |
| Ação | 1001 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| Título | Manutenção do Prédio do Plenário | | | |
| | Ação realizada | Câmara | % | 114.000,00 |
| | 01 | | | |
| | 031 | | | |
| amentação | Execução Direta | Metas físicas | | 100 |
| Ação | 1886 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| Título | Modernização e Informatização do Processo legislativo | | | |
| | Prêmio instituído | Câmara | % | 30.000,00 |
| | 01 | | | |
| | 031 | | | |
| amentação | Execução Direta | Metas físicas | | 100 |
| Ação | 1922 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| Título | Construção da Sede do Poder Legislativo | | | |
| | Sede Construída | Câmara | % | 1.000.000,00 |
| | 01 | | | |
| | 031 | | | |
| amentação | Execução Direta | Metas físicas | | 100 |
| Ação | 2001 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| Título | Subsídio de Vereadores | | | |
| | Ação realizada | Câmara | % | 1.115.000,00 |
| | 01 | | | |
| | 031 | | | |
| amentação | Execução Direta | Metas físicas | | 100 |
| Ação | 2003 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| Título | Diárias de Vereadores | | | |
| | Ação realizada | Câmara | % | 100.000,00 |
| | 01 | | | |

| | | | | | | | |
|-----|---|--|--|--|----------------------------|--------------------------|---------------|
| 39 | | 031 | | | | | |
| 40 | Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | | 100 |
| 41 | Ação | 2004 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 42 | Título | Manutenção da Câmara | | | | | |
| 43 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 11.625.000,00 |
| 44 | | | | | | | |
| 45 | | 01 | | | | | |
| 46 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 47 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 48 | Ação | 2005 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 49 | Título | Encargos Previdenciários - INSS | | | | | |
| 50 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 1.100.000,00 |
| 51 | | | | | | | |
| 52 | | 01 | | | | | |
| 53 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 54 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 55 | Ação | 2007 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 56 | Título | Diárias de Servidores | | | | | |
| 57 | | Consultoria realizada | | | Câmara | % | 110.000,00 |
| 58 | | | | | | | |
| 59 | | 01 | | | | | |
| 60 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 61 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 62 | Ação | 2008 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 63 | Título | Encargos com Salário Família | | | | | |
| 64 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 1.000,00 |
| 65 | | | | | | | |
| 66 | | 01 | | | | | |
| 67 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 68 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 69 | Ação | 2011 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 70 | Título | Encargos Previdenciários - Prevmar | | | | | |
| 71 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 95.000,00 |
| 72 | | | | | | | |
| 73 | | 01 | | | | | |
| 74 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 75 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 76 | CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS | | | | | | |
| 77 | 139 | Desenvolvimento Legislativo | | | | | |
| 78 | Ação | 1885 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 79 | Título | Modernização do Sistema de Arquivo Legislativo | | | | | |
| 80 | | Sistema de Arquivo modernizado | | | Câmara | % | 30.000,00 |
| 81 | | | | | | | |
| 82 | | 01 | | | | | |
| 83 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 84 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 85 | Ação | 2049 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 86 | Título | Concessão de Vale -Transporte | | | | | |
| 87 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 80.000,00 |
| 88 | | | | | | | |
| 89 | | 01 | | | | | |
| 90 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 91 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 92 | Ação | 2150 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 93 | Título | Ampliação e manutenção dos serviços de informática | | | | | |
| 94 | | Serviços ampliados e mantidos | | | Câmara | % | 50.000,00 |
| 95 | | | | | | | |
| 96 | | 01 | | | | | |
| 97 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 98 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 99 | Ação | 2277 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 100 | Título | Comunicação e Publicação Legislativa | | | | | |
| 101 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 300.000,00 |
| 102 | | | | | | | |
| 103 | | 01 | | | | | |
| 104 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |

| | | | | | | | |
|-----|-------------------------------------|---|--|--|----------------------------|--------------------------|---------------|
| 104 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 105 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 106 | Ação | 2278 | | | | | 2009 |
| 107 | Título | Consultoria Legislativa | | | | | |
| 108 | | Consultoria realizada | | | Câmara | % | 50.000,00 |
| 109 | | | | | | | |
| 110 | | 01 | | | | | |
| 111 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 112 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 113 | Ação | 2275 | | | | | 2009 |
| 114 | Título | Concessão Anual de Reajuste aos Servidores do Poder Legislativo | | | | | |
| 115 | | Reajuste concedido | | | Câmara | % | 162.000,00 |
| 116 | | | | | | | |
| 117 | | 01 | | | | | |
| 118 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 119 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 120 | Ação | 4105 | | | | | 2009 |
| 121 | Título | Aperfeiçoamento do Processo Legislativo | | | | | |
| 122 | | Ação realizada | | | Câmara | % | 40.000,00 |
| 123 | | | | | | | |
| 124 | | 01 | | | | | |
| 125 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 126 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 127 | Ação | 4227 | | | | | 2009 |
| 128 | Título | Apoio Cultural | | | | | |
| 129 | | Apoio Realizado | | | Câmara | % | 30.000,00 |
| 130 | | | | | | | |
| 131 | | 01 | | | | | |
| 132 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 133 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 134 | Ação | 4228 | | | | | 2009 |
| 135 | Título | Aquisição de Imóveis | | | | | |
| 136 | | Imóvel Adquirido | | | Câmara | % | 400.000,00 |
| 137 | | | | | | | |
| 138 | | 01 | | | | | |
| 139 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 140 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 141 | Ação | 4226 | | | | | 2009 |
| 142 | Título | Convênio com Fundação Oswaldo Cruz | | | | | |
| 143 | | Convênio Firmado | | | Câmara | % | 10.000,00 |
| 144 | | | | | | | |
| 145 | | 01 | | | | | |
| 146 | | 01 | | | | | |
| 147 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 148 | Ação | 4106 | | | | | 2009 |
| 149 | Título | Capacitação e Aperfeiçoamento do Servidores | | | | | |
| 150 | | Servidores capacitados | | | Câmara | % | 55.000,00 |
| 151 | | | | | | | |
| 152 | | 01 | | | | | |
| 153 | | 031 | | | Metas físicas | | 100 |
| 154 | Implementação | Execução Direta | | | | | |
| 155 | ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | | | | | | |
| 156 | 000 | Encargos Especiais | | | | | |
| 157 | Ação | 0000 | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 158 | Título | Encargos Especiais | | | | | |
| 159 | | Encargos Pagos | | | CGM | % | 8.000.000,00 |
| 160 | | | | | | | |
| 161 | | 28 | | | | | |
| 162 | | 843 | | | Metas físicas | | 100 |
| 163 | Implementação | Execução Direta | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | |
| 164 | Ação | 9999 | | | | | 2009 |
| 165 | Título | Reserva de Contingência | | | | | |
| 166 | | Passivo Contingente Pagos | | | CGM | % | 17.013.000,00 |
| 167 | | | | | | | |
| 168 | | 99 | | | | | |
| 169 | | 999 | | | Metas físicas | | 100 |

| | | | | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------|---------------|---|----------------------------|--------------------------|----------------------|--------------|
| 169 | Subfunção | | 999 | | | Metas físicas | 100 |
| 170 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| GABINETE DO PREFEITO | | | | | | | |
| 171 | | | | | | | |
| 172 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | | |
| 173 | ATIVIDADE | Ação | 2012 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 174 | | Título | Subsidio e representação do Prefeito e Vice | | | | |
| 175 | Produto | | Pagamento efetuado | | | | |
| 176 | Parceria | | | | GPR | % | 253.000,00 |
| 177 | Função | | 04 | | | | |
| 178 | Subfunção | | 122 | | | Metas físicas | 100 |
| 179 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| 180 | ATIVIDADE | Ação | 2015 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 181 | | Título | Cerimonial do Gabinete do Prefeito | | | | |
| 182 | Produto | | Ação mantida | | | | |
| 183 | Parceria | | | | GPR | % | 220.000,00 |
| 184 | Função | | 04 | | | | |
| 185 | Subfunção | | 122 | | | Metas físicas | 100 |
| 186 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| 187 | ATIVIDADE | Ação | 2032 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 188 | | Título | Pagamento de Pessoal – Cedidos | | | | |
| 189 | Produto | | Pagamento efetuado | | | | |
| 190 | Parceria | | | | GPR | % | 1.870.000,00 |
| 191 | Função | | 04 | | | | |
| 192 | Subfunção | | 122 | | | Metas físicas | 100 |
| 193 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| 194 | ATIVIDADE | Ação | 2280 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 195 | | Título | Pagamento de Pessoal e Encargos | | | | |
| 196 | Produto | | Pagamento efetuado | | | | |
| 197 | Parceria | | | | GPR | % | 4.819.000,00 |
| 198 | Função | | 04 | | | | |
| 199 | Subfunção | | 122 | | | Metas físicas | 100 |
| 200 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| 201 | ATIVIDADE | Ação | 2281 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 202 | | Título | Manutenção das Atividades da Secretaria | | | | |
| 203 | Produto | | Manutenção realizada | | | | |
| 204 | Parceria | | | | GPR | % | 134.000,00 |
| 205 | Função | | 04 | | | | |
| 206 | Subfunção | | 122 | | | Metas físicas | 100 |
| 207 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| 208 | ATIVIDADE | Ação | 2324 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 209 | | Título | Manutenção da Super Intendência de Parques e Jardins. | | | | |
| 210 | Produto | | Manutenção Realizada | | | | |
| 211 | Parceria | | | | GPR | % | 20.000,00 |
| 212 | Função | | 04 | | | | |
| 213 | Subfunção | | 122 | | | Metas físicas | 100 |
| 214 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | | | |
| 215 | Programa | 120 | Ampliação da Infra-Estrutura Urbana do Município | | | | |
| 216 | PROJETO | Ação | 1849 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 217 | | Título | Revitalização dos Espaços Urbanos | | | | |
| 218 | Produto | | Espaço revitalizado | | | | |
| 219 | Parceria | | | | GPR | % | 40.000,00 |
| 220 | Função | | 15 | | | | |
| 221 | Subfunção | | 451 | | | Metas físicas | 100 |
| 222 | Forma de Implementação | | Execução direta | | | | |
| 223 | Programa | 122 | Proteção e Preservação do Meio Ambiente | | | | |
| 224 | ATIVIDADE | Ação | 4024 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | | 2009 |
| 225 | | Título | Manutenção do Horto Florestal | | | | |
| 226 | Produto | | Manutenção realizada | | | | |
| 227 | Parceria | | | | GPR | % | 30.000,00 |
| 228 | Função | | 18 | | | | |
| 229 | Subfunção | | 543 | | | Metas físicas | 100 |
| 230 | Forma de Implementação | | Execução direta | | | | |

| PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------------------|---|----------------------------|--------------------------|--------------|
| 231 | | | | | | |
| 232 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | |
| 233 | ATIVIDADE | Ação | 2001 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 234 | | Título | Aquisição de Imóveis | | | |
| 235 | Produto | Imóvel adquirido | | | | |
| 236 | Parceria | PGM | | | | 386.000,00 |
| 237 | Função | 04 | | | | |
| 238 | Subfunção | 122 | | | | |
| 239 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 240 | ATIVIDADE | Ação | 2039 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 241 | | Título | Sentenças Judiciais | | | |
| 242 | Produto | Sentença judicial paga | | | | |
| 243 | Parceria | PGM | | | | 70.000,00 |
| 244 | Função | 04 | | | | |
| 245 | Subfunção | 122 | | | | |
| 246 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 247 | ATIVIDADE | Ação | 2149 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 248 | | Título | Manutenção do Fundo Municipal de Apoio Técnico-Jurídico | | | |
| 249 | Produto | Manutenção realizada | | | | |
| 250 | Parceria | PGM | | | | 22.000,00 |
| 251 | Função | 04 | | | | |
| 252 | Subfunção | 122 | | | | |
| 253 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 254 | ATIVIDADE | Ação | 2280 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 255 | | Título | Pagamento de Pessoal e Encargos | | | |
| 256 | Produto | Pagamento efetuado | | | | |
| 257 | Parceria | PGM | | | | 1.563.000,00 |
| 258 | Função | 04 | | | | |
| 259 | Subfunção | 122 | | | | |
| 260 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 261 | ATIVIDADE | Ação | 2281 | Unidade Responsável | Unidade de | 2009 |
| 262 | | Título | Manutenção das Atividades da Secretaria | | | |
| 263 | Produto | Manutenção realizada | | | | |
| 264 | Parceria | PGM | | | | 300.000,00 |
| 265 | Função | 04 | | | | |
| 266 | Subfunção | 122 | | | | |
| 267 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 268 | ATIVIDADE | Ação | 4109 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 269 | | Título | Despesas Judiciais | | | |
| 270 | Produto | Despesas judiciais pagas | | | | |
| 271 | Parceria | PGM | | | | 52.000,00 |
| 272 | Função | 04 | | | | |
| 273 | Subfunção | 122 | | | | |
| 274 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 275 | ATIVIDADE | Ação | 4110 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 276 | | Título | Precatórios Judiciais | | | |
| 277 | Produto | Precatórios judiciais pagos | | | | |
| 278 | Parceria | PGM | | | | 2.400.000,00 |
| 279 | Função | 04 | | | | |
| 280 | Subfunção | 122 | | | | |
| 281 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 282 | CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | |
| 283 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | |
| 284 | ATIVIDADE | Ação | 2280 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 285 | | Título | Pagamento de Pessoal e Encargos | | | |
| 286 | Produto | Pagamento efetuado | | | | |
| 287 | Parceria | CGM | | | | 905.000,00 |
| 288 | Função | 04 | | | | |
| 289 | Subfunção | 122 | | | | |
| 290 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | |
| 291 | ATIVIDADE | Ação | 2281 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 292 | | Título | Manutenção das Atividades da Secretaria | | | |
| 293 | Produto | Manutenção realizada | | | | |
| 294 | Parceria | CGM | | | | 83.000,00 |
| 295 | Função | 04 | | | | |

| | | | | | | | |
|-----|---|-----------------|---|--|-----|----------------------------|--------------------------|
| 296 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 297 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 298 | | Ação | 2316 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Manutenção de Software | | | | 2009 |
| 299 | | | | | | | |
| 300 | Produto | | Manutenção realizada | | | | |
| 301 | Parceria | | | | CGM | % | 180.000,00 |
| 302 | Função | | 04 | | | | |
| 303 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 304 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 305 | SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL | | | | | | |
| 306 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | | |
| 307 | | Ação | 2014 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Publicações de Atos Oficiais | | | | 2009 |
| 308 | | | | | | | |
| 309 | Produto | | Ato oficial publicado | | | | |
| 310 | Parceria | | | | SIG | % | 192.000,00 |
| 311 | Função | | 04 | | | | |
| 312 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 313 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 314 | | Ação | 2028 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Ações de Informática | | | | 2009 |
| 315 | | | | | | | |
| 316 | Produto | | Ação realizada | | | | |
| 317 | Parceria | | | | SIG | % | 520.000,00 |
| 318 | Função | | 04 | | | | |
| 319 | Subfunção | 126 | | | | | |
| 320 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 321 | | Ação | 2252 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Manutenção das Atividades da Gerência de Licitações e Compras | | | | 2009 |
| 322 | Produto | | Manutenção realizada | | | | |
| 323 | Parceria | | | | SIG | % | 35.000,00 |
| 324 | Função | | 04 | | | | |
| 325 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 326 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 327 | | Ação | 2253 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Manutenção das Atividades da Assessoria de Comunicação | | | | 2009 |
| 329 | Produto | | Manutenção realizada | | | | |
| 330 | Parceria | | | | SIG | % | 310.000,00 |
| 331 | Função | | 04 | | | | |
| 332 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 333 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 334 | | Ação | 2280 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Pagamento de Pessoal e Encargos | | | | 2009 |
| 336 | | | | | | | |
| 337 | Produto | | Pagamento efetuado | | | | |
| 338 | Parceria | | | | SIG | % | 3.250.000,00 |
| 339 | Função | | 04 | | | | |
| 340 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 341 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 342 | | Ação | 2281 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Manutenção das Atividades da Secretaria | | | | 2009 |
| 344 | Produto | | Manutenção realizada | | | | |
| 345 | Parceria | | | | SIG | % | 236.000,00 |
| 346 | Função | | 04 | | | | |
| 347 | Subfunção | 122 | | | | | |
| 348 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 349 | | Ação | 2315 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Publicidade | | | | 2009 |
| 350 | | | | | | | |
| 351 | Produto | | Ação mantida | | | | |
| 352 | Parceria | | | | SIG | % | 749.000,00 |
| 353 | Função | | 04 | | | | |
| 354 | Subfunção | 131 | | | | | |
| 355 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas | 100 |
| 356 | Programa | 133 | TECL@R | | | | |
| 357 | | Ação | 2310 | | | | |
| | ATIVIDADE | | | | | Unidade Responsável | Unidade de Medida |
| | | Título | Inici@r | | | | 2009 |
| 358 | | | | | | | |

| | | | | | | |
|-----|---|--------------------------------------|--|----------------------------|--------------------------|------------|
| 359 | Produto | Ação realizada | | | | |
| 360 | Parceria | | | SIG | % | 150.000,00 |
| 361 | Função | 12 | | | | |
| 362 | Subfunção | 126 | | | | |
| 363 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 364 | ATIVIDADE | Ação | 2311 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 365 | | Título | Acess@r | | | |
| 366 | Produto | Ação realizada | | | | |
| 367 | Parceria | | | SIG | % | 97.000,00 |
| 368 | Função | 12 | | | | |
| 369 | Subfunção | 126 | | | | |
| 370 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 371 | ATIVIDADE | Ação | 2312 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 372 | | Título | e-PMAR | | | |
| 373 | Produto | Ação realizada | | | | |
| 374 | Parceria | | | SIG | % | 105.000,00 |
| 375 | Função | 12 | | | | |
| 376 | Subfunção | 126 | | | | |
| 377 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 378 | SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL | | | | | |
| 379 | Programa | 133 | TECL@R | | | |
| 380 | ATIVIDADE | Ação | 2313 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 381 | | Título | Interlig@dos | | | |
| 382 | Produto | Ação realizada | | | | |
| 383 | Parceria | | | SIG | % | 150.000,00 |
| 384 | Função | 12 | | | | |
| 385 | Subfunção | 126 | | | | |
| 386 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 387 | ATIVIDADE | Ação | 2314 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 388 | | Título | Angra Inteligente | | | |
| 389 | Produto | Ação realizada | | | | |
| 390 | Parceria | | | SIG | % | 150.000,00 |
| 391 | Função | 12 | | | | |
| 392 | Subfunção | 126 | | | | |
| 393 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 394 | ATIVIDADE | Ação | 2316 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 395 | | Título | Manutenção de Software | | | |
| 396 | Produto | Manutenção realizada | | | | |
| 397 | Parceria | | | SIG | % | 613.000,00 |
| 398 | Função | 04 | | | | |
| 399 | Subfunção | 126 | | | | |
| 400 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 401 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| 402 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | |
| 403 | PROJETO | Ação | 1037 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 404 | | Título | Implantação do Posto de Abastecimento de Combustíveis | | | |
| 405 | Produto | Posto Implantado | | | | |
| 406 | Parceria | | | SAD | % | 5.000,00 |
| 407 | Função | 04 | | | | |
| 408 | Subfunção | 122 | | | | |
| 409 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 410 | PROJETO | Ação | 1825 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 411 | | Título | Capacitação e Aperfeiçoamento dos servidores municipais do Poder Executivo | | | |
| 412 | Produto | Servidores Públicos Capacitados | | | | |
| 413 | Parceria | | | SAD | % | 200.000,00 |
| 414 | Função | 04 | | | | |
| 415 | Subfunção | 128 | | | | |
| 416 | Forma de Implementação | Execução Direta | | Metas físicas | | 100 |
| 417 | PROJETO | Ação | 1867 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 418 | | Título | Criação e Implantação da Guarda Municipal | | | |
| 419 | Produto | Guarda Municipal Criada e implantada | | | | |
| 420 | Parceria | | | SAD | % | 50.000,00 |

| | | | | | | |
|-----|------------------------------------|-----------------|--|---------------------|-------------------|--------------|
| 421 | Função | 04 | | | | |
| 422 | Subfunção | 122 | | | | |
| 423 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 424 | Ação | 1912 | | | | |
| 425 | PROJETO | Título | Implantação do instituto de Previdência do Funcionalismo | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 426 | Produto | | Instituto Implantado | | | |
| 427 | Parceria | | | SAD | % | 5.000,00 |
| 428 | Função | 04 | | | | |
| 429 | Subfunção | 122 | | | | |
| 430 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 431 | Ação | 2006 | | | | |
| 432 | ATIVIDADE | Título | Racionalização de Serviços e Materiais de Consumo | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 433 | Produto | | Racionalização realizada | | | |
| 434 | Parceria | | | SAD | % | 5.000,00 |
| 435 | Função | 04 | | | | |
| 436 | Subfunção | 122 | | | | |
| 437 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 438 | Ação | 2022 | | | | |
| 439 | ATIVIDADE | Título | Manutenção da Frota de Veículos | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 440 | Produto | | Manutenção Realizada | | | |
| 441 | Parceria | | | SAD | % | 440.000,00 |
| 442 | Função | 04 | | | | |
| 443 | Subfunção | 122 | | | | |
| 444 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 445 | Ação | 2023 | | | | |
| 446 | ATIVIDADE | Título | Vigilância e Segurança | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 447 | Produto | | Ação realizada | | | |
| 448 | Parceria | | | SAD | % | 2.460.000,00 |
| 449 | Função | 04 | | | | |
| 450 | Subfunção | 122 | | | | |
| 451 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 452 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| 453 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | |
| 454 | Ação | 2025 | | | | |
| 455 | ATIVIDADE | Título | Concessão de Vale-Transporte | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 456 | Produto | | Vale-Transporte fornecido | | | |
| 457 | Parceria | | | SAD | % | 1.262.000,00 |
| 458 | Função | 04 | | | | |
| 459 | Subfunção | 122 | | | | |
| 460 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 461 | Ação | 2027 | | | | |
| 462 | ATIVIDADE | Título | Aluguel de Imóvel | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 463 | Produto | | Imóvel Alugado | | | |
| 464 | Parceria | | | SAD | Unidade | 1.420.000,00 |
| 465 | Função | 04 - 12 | | | | |
| 466 | Subfunção | 122 - 365 | | | | |
| 467 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 39 |
| 468 | Ação | 2028 | | | | |
| 469 | ATIVIDADE | Título | Ações de Informática | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 470 | Produto | | Ação realizada | | | |
| 471 | Parceria | | | SAD | % | 200.000,00 |
| 472 | Função | 04 | | | | |
| 473 | Subfunção | 126 | | | | |
| 474 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 475 | Ação | 2029 | | | | |
| 476 | ATIVIDADE | Título | Serviços de Energia Elétrica, Correio, Telefone e Água | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 477 | Produto | | Serviço realizado | | | |
| 478 | Parceria | | | SAD | % | 4.000.000,00 |
| 479 | Função | 04 | | | | |
| 480 | Subfunção | 122 | | | | |
| 481 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | Metas físicas | 100 |
| 482 | Ação | 2034 | | | | |
| 483 | ATIVIDADE | Título | Manutenção e Conservação de Bens e Imóveis | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 484 | Produto | | Manutenção Realizada | | | |

| | | | | | | |
|-----|------------------------------------|-----------------------|---|---------------------|-------------------|-------------------|
| 485 | Parceria | | | SAD | % | 5.000,00 |
| 486 | Função | 04 | | | | |
| 487 | Subfunção | 122 | | | | |
| 488 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 489 | Ação | 2036 | | | | |
| 490 | ATIVIDADE | Título | Encargos com o Pasep | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 491 | Produto | | Encargos pagos | | | |
| 492 | Parceria | | | SAD | % | 1.855.000,00 |
| 493 | Função | 04 | | | | |
| 494 | Subfunção | 122 | | | | |
| 495 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 496 | Ação | 2054 | | | | |
| 497 | ATIVIDADE | Título | Encargos Sociais – FGTS | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 498 | Produto | | Encargos Pagos | | | |
| 499 | Parceria | | | SAD | % | 400.000,00 |
| 500 | Função | 11 | | | | |
| 501 | Subfunção | 331 | | | | |
| 502 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 503 | Ação | 2055 | | | | |
| 504 | ATIVIDADE | Título | Contribuições Previdenciárias – INSS | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 505 | Produto | | Encargos pagos | | | |
| 506 | Parceria | | | SAD | % | 3.900.000,00 |
| 507 | Função | 11 | | | | |
| 508 | Subfunção | 331 | | | | |
| 509 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 510 | Ação | 2130 | | | | |
| 511 | ATIVIDADE | Título | Manutenção das Atividades da Secretaria | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 512 | Produto | | Manutenção Realizada | | | |
| 513 | Parceria | | | SAD | % | 2.000.000,00 |
| 514 | Função | 04 | | | | |
| 515 | Subfunção | 122 | | | | |
| 516 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 517 | Ação | 2218 | | | | |
| 518 | ATIVIDADE | Título | Outras Contribuições Patronais – INSS | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 519 | Produto | | Contribuições Previdenciárias pagas | | | |
| 520 | Parceria | | | SAD | % | 10.000,00 |
| 521 | Função | 11 | | | | |
| 522 | Subfunção | 331 | | | | |
| 523 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 524 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| 525 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | |
| 526 | Ação | 2249 | | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 527 | ATIVIDADE | Título | Contribuições Previdenciárias - PREVMAR | | | |
| 528 | Produto | | Contribuições Previdenciárias pagas | | | |
| 529 | Parceria | | | SAD | % | 10.000,00 |
| 530 | Função | 09 | | | | |
| 531 | Subfunção | 272 | | | | |
| 532 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 533 | Ação | 2250 | | | | |
| 534 | ATIVIDADE | Título | Contribuições Previdenciárias -Outros | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 535 | Produto | | Contribuições Previdenciárias pagas | | | |
| 536 | Parceria | | | SAD | % | 10.000,00 |
| 537 | Função | 09 | | | | |
| 538 | Subfunção | 272 | | | | |
| 539 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |
| 540 | Ação | 2280 | | | | |
| 541 | ATIVIDADE | Título | Pagamento de Pessoal e Encargos | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 542 | Produto | | Pagamento efetuado | | | |
| 543 | Parceria | | | SAD | % | 17.000.000,00 |
| 544 | Função | 04 - 09 - 10 - 12 | | | | |
| 545 | Subfunção | 122 - 272 - 301 - 361 | | | | |
| 546 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | | Metas físicas 100 |

| | | | | | | |
|-----|------------------------------------|--------|---|---------------------|-------------------|--------------|
| 547 | | Ação | 2281 | | | |
| 548 | ATIVIDADE | Título | Manutenção das Atividades da Secretaria | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 549 | Produto | | Manutenção realizada | | | |
| 550 | Parceria | | | SAD | % | 708.000,00 |
| 551 | Função | | 04 - 11 | | | |
| 552 | Subfunção | | 122 - 331 | | | |
| 553 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 100 |
| 554 | ATIVIDADE | Ação | 2289 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 555 | | Título | Manutenção da Guarda Municipal | | | |
| 556 | Produto | | Manutenção realizada | | | |
| 557 | Parceria | | | SAD | % | 1.000,00 |
| 558 | Função | | 04 | | | |
| 559 | Subfunção | | 122 | | | |
| 560 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 100 |
| 561 | ATIVIDADE | Ação | 2290 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 562 | | Título | Vigilância e Segurança (Secretaria de Educação) | | | |
| 563 | Produto | | Ação realizada | | | |
| 564 | Parceria | | | SAD | % | 1.260.000,00 |
| 565 | Função | | 12 | | | |
| 566 | Subfunção | | 361 | | | |
| 567 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 100 |
| 568 | ATIVIDADE | Ação | 2291 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 569 | | Título | Aluguel de Imóvel (Secretaria de Educação) | | | |
| 570 | Produto | | Imóvel Alugado | | | |
| 571 | Parceria | | | SAD | Unidade | 100.000,00 |
| 572 | Função | | 12 | | | |
| 573 | Subfunção | | 361 | | | |
| 574 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 3 |
| 575 | ATIVIDADE | Ação | 2292 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 576 | | Título | Serviços de Energia Elétrica, Correio, Telefone e Água (Secretaria de Educação) | | | |
| 577 | Produto | | Serviço realizado | | | |
| 578 | Parceria | | | SAD | % | 1.050.000,00 |
| 579 | Função | | 12 | | | |
| 580 | subjunção | | 361 | | | |
| 581 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 100 |
| 582 | ATIVIDADE | Ação | 2293 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 583 | | Título | Convênio para Estágio | | | |
| 584 | Produto | | Convênio Mantido | | | |
| 585 | Parceria | | | SAD | % | 227.000,00 |
| 586 | Função | | 04 | | | |
| 587 | subjunção | | 122 | | | |
| 588 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 100 |
| 589 | ATIVIDADE | Ação | 2294 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 590 | | Título | Fornecimento de Combustível (Secretaria de Educação) | | | |
| 591 | Produto | | Combustível fornecido | | | |
| 592 | Parceria | | | SAD | Litro | 300.000,00 |
| 593 | Função | | 12 | | | |
| 594 | subjunção | | 361 | | | |
| 595 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 86000 |
| 596 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| 597 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | | |
| 598 | | Ação | 2295 | | | |
| 599 | ATIVIDADE | Título | Concessão de Vale-Transporte (Secretaria de Educação) | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 600 | Produto | | Vale-Transporte Concedido | | | |
| 601 | Parceria | | | SAD | % | 700.000,00 |
| 602 | Função | | 12 | | | |
| 603 | subjunção | | 361 | | | |
| 604 | Forma de Implementação | | Execução Direta | | Metas físicas | 100 |
| 605 | ATIVIDADE | Ação | 4194 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 606 | | Título | Locação de Veículos | | | |
| 607 | Produto | | Veículo locado | | | |
| 608 | Parceria | | | SAD | Unidade | 830.000,00 |

| | | | | | |
|-----|------------------------------|--|--|--------------------------|--------------|
| 609 | Função | 04 - 12 | | | |
| 610 | subfunção | 122 - 361 | | | |
| 611 | Forma de Implementação | Execução Direta | Metas físicas | | 58 |
| 612 | ATIVIDADE | Ação 4195 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 613 | | Título Fornecimento de Combustível | | | |
| 614 | Produto | Combustível fornecido | | | |
| 615 | Parceria | | SAD | Litro | 1.690.000,00 |
| 616 | Função | 04 | | | |
| 617 | subfunção | 122 | Metas físicas | | 42.000 |
| 618 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 619 | Programa | 143 | Implantação e Manutenção de Creches | | |
| 620 | ATIVIDADE | Ação 2027 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 621 | | Título Aluguel de Imóvel | | | |
| 622 | Produto | Imóvel Alugado | | | |
| 623 | Parceria | | SAD | Unidade | 15.000,00 |
| 624 | Função | 12 | | | |
| 625 | Subfunção | 365 | Metas físicas | | 39 |
| 626 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 627 | SECRETARIA DE FAZENDA | | | | |
| 628 | Programa | 101 | Apoio Administrativo | | |
| 629 | ATIVIDADE | Ação 2280 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 630 | | Título Pagamento de Pessoal e Encargos | | | |
| 631 | Produto | Pagamento efetuado | | | |
| 632 | Parceria | | SAD | % | 3.858.000,00 |
| 633 | Função | 04 | | | |
| 634 | Subfunção | 122 | Metas físicas | | 100 |
| 635 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 636 | ATIVIDADE | Ação 2281 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 637 | | Título Manutenção das Atividades da Secretaria | | | |
| 638 | Produto | Manutenção realizada | | | |
| 639 | Parceria | | SAD | % | 627.000,00 |
| 640 | Função | 04 - 28 | | | |
| 641 | Subfunção | 122 - 846 | Metas físicas | | 100 |
| 642 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 643 | ATIVIDADE | Ação 2316 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 644 | | Título Manutenção de Software | | | |
| 645 | Produto | Manutenção realizada | | | |
| 646 | Parceria | | SAD | % | 338.000,00 |
| 647 | Função | 04 | | | |
| 648 | Subfunção | 122 | Metas físicas | | 100 |
| 649 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 650 | Programa | 106 | Modernização Tributária | | |
| 651 | ATIVIDADE | Ação 2325 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 652 | | Título Atualização do Cadastro Imobiliário | | | |
| 653 | Produto | Cadastro Atualizado | | | |
| 654 | Parceria | | SAD | % | 40.000,00 |
| 655 | Função | 04 | | | |
| 656 | Subfunção | 122 | Metas físicas | | 100 |
| 657 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 658 | ATIVIDADE | Ação 2326 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 659 | | Título Planejamento Tributário | | | |
| 660 | Produto | Planejamento Tributário Realizado | | | |
| 661 | Parceria | | SFA | % | 40.000,00 |
| 662 | Função | 04 | | | |
| 663 | Subfunção | 122 | Metas físicas | | 100 |
| 664 | Forma de Implementação | Execução Direta | | | |
| 665 | SECRETARIA DE FAZENDA | | | | |
| 666 | Programa | 106 | Modernização Tributária | | |
| 667 | ATIVIDADE | Ação 4089 | Unidade Responsável | Unidade de Medida | 2009 |
| 668 | | Título Atualização da Planta de Valores | | | |
| 669 | Produto | Planta Atualizada | | | |
| 670 | Parceria | | SFA | % | 30.000,00 |
| 671 | Função | 04 | | | |